

URBANISMO ■ Vinte anos após reconhecido pela Unesco, plano de Brasília está ameaçado

Patrimônio mundial a perigo

Flávia Lima

As comemorações dos 20 anos do reconhecimento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco começam hoje. Foi no dia 7 de dezembro de 1987 que começaram as reuniões dos dirigentes da entidade para examinar a questão. Mas apenas no dia 11 a Unesco decidiu entregar o certificado de reconhecimento para a capital do Brasil. Brasília é um dos 10 bens culturais do país, mas é a única cidade moderna considerada um patrimônio que precisa ser preservado.

A concepção urbanística de Brasília foi tombada pelo governo do Distrito Federal, por meio do decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987, e reconhecida dois meses depois como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. A iniciativa do governo federal de proteger a capital do país veio apenas em 1992, quando o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio da Portaria nº 314, tombou o conjunto urbanístico da capital federal.

A Unesco nunca ameaçou retirar o título de Patrimônio Cultural. Mas vistorias são realizadas de cinco em cinco anos e quem se preocupa com Brasília alerta contra o crescimento desordenado da cidade e o desrespeito ao tombamento das escalas urbanísticas. É o caso do médico Ernesto Silva, que esteve à frente da formulação do edital que convocou arquitetos e urbanistas do país a participarem da construção da nova capital e da diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

— Corremos o risco de a Unesco acabar com tudo isso e não mais considerar Brasília um Patrimônio Cultural da Humanidade. Uma obra



Tombamento de Brasília só veio após declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, patrimônio

Brasília é a única cidade moderna considerada um patrimônio a ser preservado

de arte como o plano de Lucio Costa está sendo deteriorada — lamenta o pioneiro. — Foi tão difícil conseguirmos que Brasília se transformasse em patrimônio que se torna ainda mais triste ver como o governo deixou que isso acontecesse. Não há fiscalização nem interesse em manter as características da cidade.

Para Ernesto Silva, não é apenas o título de patrimônio cultural

da humanidade que justifica a necessidade de preservar a capital.

— Brasília é única, não existe outra cidade no mundo construída em unidade de vizinhança. Só isso faz com que tenhamos que preservá-la — afirma.

Jarbas Silva Marques, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF afirma que é a monumentalidade que garante a preservação de uma obra de arte por toda a história da humanidade. Foi isso o que aconteceu com algumas das oito maravilhas do mundo, como o Coliseu, em Roma, e a Torre Eiffel, em Paris.

— Muitos arquitetos hoje questionam a funcionalidade das obras do Oscar Niemeyer. São obras de

arte, monumentos de Brasília. O Coliseu de Roma tem alguma funcionalidade? — pergunta o historiador.

Para Marques, o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural não é respeitado principalmente pela construção de prédios de sete ou mais andares, pela privatização do Lago Paranoá e pelo excesso do número de clientes no sistema de saúde pública.

— Brasília é a segunda corrente migratória do país. Fica atrás apenas de São Paulo. A maior parte dos migrantes vão em busca de equipamentos de saúde, não apenas de trabalho — diz.

Mas o que mais fere o tomba-

■ Desrespeito a escalas é maior ameaça

O que é tombado em Brasília pelo governo federal e distrital é o plano urbanístico de Lucio Costa. As definições das quatro escalas de Brasília são um marco na história mundial. São as escalas monumental, residencial, gregária e bucólica.

Segundo as definições de Lucio Costa, no relatório intitulado *Brasília Revisitada*, de 1985 a 1987, a escala monumental comanda o Eixo Monumental, mas não no sentido de ostentação, e sim de expressão palpável. É na escala monumental que foram traçados o Congresso, Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios e Torre de TV.

A escala residencial tem a proposta da superquadra, com os seis pavimentos respeitados em todos os prédios, o chão livre e acessível a todos — por meio dos pilotis — e o predomínio do verde. Uma maneira própria de viver, nas palavras do urbanista.

Com a escala gregária, Costa teve a intenção de criar um espaço urbano que fosse mais utilizado e propício ao encontro. A escala bucólica se mistura à gregária e diz respeito às áreas livres e verdes da cidade.

Para Mônica Veríssimo, presidente da Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento (SD), não é por Brasília ser tombada e reconhecida pela Unesco



Mônica Veríssimo: concepção das Unidades de Vizinhança foi primeira proposta a sofrer golpe

que o governo e a sociedade podem agora cruzar os braços. Segundo Mônica, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fiscalizar a preservação da cidade e à Diretoria de Patrimônio do GDF cuidar dos monumentos.

— Temos de fazer com que as quadras de Brasília sejam preservadas. A única Unidade de Vizinhança que terminou de ser construída foi a da 508 Sul — diz. — A Unidade de Vizinhança é de fundamental importância no plano urbanístico da cidade. Tem que ser construída em todo o Plano Piloto — completa.

A Unidade de Vizinhança é o

conjunto de quadras e recursos urbanos que formam o projeto urbanístico de Lucio Costa. A cada quatro quadras, o urbanista previu a construção de escola, comércio local, posto de saúde, delegacia e área de lazer.

Para Mônica, o primeiro ataque ao tombamento de Brasília na escala residencial é a construção do sétimo andar, acompanhado do aumento da largura dos prédios, como aconteceu no Sudoeste e nas quadras da Asa Norte: 109, 309, 309 e 310. A presidente da Fundação SD cita também os estacionamentos em áreas públicas e os inchaços dos prédios.

Na escala bucólica, ela critica os comércios locais, onde bares e restaurantes invadem a grama, colocam cimento e usam como área comercial. Na escala monumental, a parte cívica da cidade, Mônica questiona a utilização por parte do governo federal de outdoor na Esplanada dos Ministérios.

— Enquanto a sociedade luta para retirar os outdoors da cidade, o governo federal, que tombou Brasília como patrimônio histórico, dá um mau exemplo — reclama.

Segundo Mônica, a escala gregária, prevista para favorecer o encontro das pessoas, o

mento da cidade, na opinião do historiador, é o descuido com a Rodoviária do Plano Piloto. Brasília é a única cidade no mundo, segundo Marques, onde a Rodoviária está localizada no centro e não na periferia. A Rodoviária do Plano é uma das duas únicas obras arquitetônicas que levam a assinatura do urbanista Lucio Costa. A outra é a Torre de TV.

— Todo o poder passa por ali todos os dias. Até açougue tem na Rodoviária, além de camelô, lojas, ambulantes e muita sujeira — reclama.

De acordo com o historiador, o projeto original de Lucio Costa não permitia a instalação de empresas comerciais na Rodoviária. De um andar sairiam os ônibus interestaduais. Do outro, ônibus para o DF. No mezanino, um restaurante comunitário.

Em um discurso realizado no Congresso Nacional em 1974, Lucio Costa afirmava que a Rodoviária, e também o sistema que ligaria a capital aos outros Estados, deveria ser mantida no centro da cidade. Na ocasião, de acordo com documento que pode ser encontrado na Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do DF, Lucio Costa reclamava que a rodoviária era utilizada para finalidades de outras naturezas: ônibus estacionados indevidamente abasteciam e ali ficavam. Ali não é garagem, mas estação rodoviária, reclamou o urbanista.

De acordo com Marques, a rodoviária presente no centro da cidade já carregava em si a necessidade de que Brasília fosse dotada de um sistema de transporte público eficiente.

— Mas isso não se transformou em realidade. O acúmulo de 1 milhão de veículos não condiz com a visão democrática de Lucio Costa.

“Corremos o risco de a Unesco acabar com tudo isso e não mais considerar Brasília um Patrimônio Cultural da Humanidade

Ernesto Silva, pioneiro

“Brasília aos poucos está sendo comida pelas beiradas. O governo precisa ser rígido e controlar a ocupação da área tombada

Mônica Veríssimo, da Fundação SD

que se vê hoje, por exemplo, são camelôs no Setor Bancário Sul ou prédios para aluguel de quitinetes em espaços da Asa Norte previstas para colégios.

— Brasília aos poucos está sendo comida pelas beiradas. Enquanto ainda há tempo, o governo precisa ser rígido e controlar a ocupação da área tombada. O perigo é maior quando olhamos em volta e não enxergamos mais saída — alerta. — Uma vez que as escalas foram definidas, temos de respeitá-las. Recebemos a chancela da Unesco por essas quatro escalas, que representam um avanço de cidade ordenada — completa.